Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

000121

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 40554486-05

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **55.696.530/0001-08**
Nome: **NCHR CONSTRUTORA LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 04/02/2027 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

305122

MUNICÍPIO DE MARQUINHO
ESTADO DO PARANÁ

CERTIDÃO NEGATIVA 485/2026

IMPORTANTE:	FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO.

Certificamos que até a presente data não existe débito tributário vencido relativo a empresa com a Localização descrita abaixo.

VALIDADE: 06/12/2026	**CÓD. AUTENTICAÇÃO: 9ZTMJXS2QEMM44XC49E2**
REQUERENTE:	**PROTOCOLO:**

FINALIDADE: VERIFICAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: NCHR CONSTRUTORA LTDA

INSCRIÇÃO EMPRESA	CNPJ/CPF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	ALVARÁ
4024	55.696.530/0001-08		263

ENDEREÇO

R PRUDENCIO COELHO, 165 - CENTRO Marquinho - PR CEP: 85168000

ATIVIDADES

Construção de edifícios

Certidão emitida gratuitamente pela internet em 07/10/2026.
Qualquer rasura invalidará este documento.
Conferir autenticidade em www.marquinho.pr.gov.br

Certificado digitalmente por:
ALEXSON PAULENA

Tribunal de Justiça
ASSINADO DIGITALMENTE
Estado do Parana

000123

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE LARANJEIRAS DO SUL

CARTORIO DISTRIBUIDOR CONTADOR E ANEXOS
RUA BARAO DO DO RIO BRANCO 3040 - SAO FRANCISCO
LARANJEIRAS DO SUL/PR - 85303130

TITULAR
ZILMAR BURG
JURAMENTADO
ALEXSON PAULENA

Certidão Negativa

Para Fins Gerais

Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo os registros de distribuição CÍVEL (Cível, Precatória, Precatória Especial, Juizado Especial, Pequenas Causas), FAZENDA (Fazenda Pública, Fazenda Pública Carta Precatória, Fazenda Pública Juizado Especial, Fazenda Pública Juizado Especial Carta Precatoria), EXECUTIVO FISCAL, Acidentes de Trabalho (Carta Precatória), Competencia Delegada (Carta Precatória) , Falência ou Concordata, sob minha guarda nesta serventia, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento contra:

NCHR CONSTRUTORA LTDA

CNPJ 55.696.530/0001-08, no período compreendido entre a presente data e os últimos 20 anos que a antecedem.

LARANJEIRAS DO SUL/PR, 07 de Outubro de 2026, 15:19:22

ALEXSON PAULENA

Certificação

Qualquer rasura ou entrelinha, tornará NULA esta certidão.

Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE

CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Certidão de Registro de Pessoa Jurídica e Negativa de Débitos

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que a empresa encontra-se regularmente registrada nos termos da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, estando habilitada a exercer suas atividades no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

Certidão nº: 55174/2026 — Validade: 08/11/2026

Razão social:
NCHR CONSTRUTORA LTDA

CNPJ:
55.696.530/0001-08

Num. Registro:
85936

Data do Registro:
26/08/2024

Capital Social:
R$ 60.000,00

Endereço:
RUA PRUDENCIO COELHO, 165, CENTRO

CEP:
85168-000

Cidade:
MARQUINHO-PR

Nº da Alteração Contratual:
0

Data da última alteração:
26/06/2024

Objetivo Social:
Construtora de obras; Serviços de pintura de edifícios em geral; Fabricação de estruturas metálicas para edifícios; e Outras construções semelhantes.

Restrição de atividade:
Atividades da empresa circunscritas às atribuições do(s) profissional(is) responsável(is) técnico(s).

Encontra-se quite com o exercício 2026
Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

Responsáveis técnicos pela Matriz - CNPJ: 55.696.530/0001-08

NOME CIVIL: RODRIGO SOARES PEIXOTO

Carteira: PA-17092/D - Data de expedição: 10/03/2009

Desde 26/08/2024 - Carga horária: 10h

Situação: Ativo

TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL - Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 7º

TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL - Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 25º

Anotações:
1. Anotado em 24/07/2020, o curso de ESPECIALIZAÇÃO EM ENGENHARIA DE AVALIAÇÕES E PERÍCIAS, ministrado pela FACULDADE DE ENGENHARIA E INOVACAO TECNICO PROFISSIONAL concluído em: 19/02/2019

Para fins de: Licitações

Certificamos que caso ocorra(m) alteração(ões) nos elementos contidos neste documento, esta Certidão perderá sua validade para todos os efeitos.
A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (http://www.crea-pr.org.br), através do protocolo n.º 146177/2026, ressaltando a impossibilidade de execução de quaisquer serviços ou obras sem a participação efetiva de seu(s) responsável(eis) técnico(s).
Emitida via Internet em 12/05/2026 14:04:39

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 03/2021.
A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Certidão de Registro de Pessoa Jurídica e Negativa de Débitos

306125

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que a empresa encontra-se regularmente registrada nos termos da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, estando habilitada a exercer suas atividades no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

Certidão nº: 111341/2026 — Validade: 31/03/2027

Razão social:
NCHR CONSTRUTORA LTDA

CNPJ:
55.696.530/0001-08

Num. Registro:
85936

Data do Registro:
26/08/2024

Capital Social:
R$ 60.000,00

Endereço:
RUA PRUDENCIO COELHO, 165, CENTRO

CEP:
85168-000

Cidade:
MARQUINHO-PR

Nº da Alteração Contratual:
0

Data da última alteração:
26/06/2024

Objetivo Social:
Construtora de obras; Serviços de pintura de edifícios em geral; Fabricação de estruturas metálicas para edifícios; e Outras construções semelhantes.

Restrição de atividade:
Atividades da empresa circunscritas às atribuições do(s) profissional(is) responsável(is) técnico(s).

Encontra-se quite com o exercício 2026
Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

Responsáveis técnicos pela Matriz - CNPJ: 55.696.530/0001-08

NOME CIVIL: RODRIGO SOARES PEIXOTO

Carteira: PA-17092/D - Data de expedição: 10/03/2009

Desde 26/08/2024 - Carga horária: 10h

Situação: Ativo

TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL - Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 25º

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 7º

Anotações:
1. Anotado em 24/07/2020, o curso de ESPECIALIZAÇÃO EM ENGENHARIA DE AVALIAÇÕES E PERÍCIAS, ministrado pela FACULDADE DE ENGENHARIA E INOVACAO TECNICO PROFISSIONAL concluído em: 19/02/2019

Para fins de: Licitações

Certificamos que caso ocorra(m) alteração(ões) nos elementos contidos neste documento, esta Certidão perderá sua validade para todos os efeitos.
A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (http://www.crea-pr.org.br), através do protocolo n.º 279058/2026, ressaltando a impossibilidade de execução de quaisquer serviços ou obras sem a participação efetiva de seu(s) responsável(eis) técnico(s).
Emitida via Internet em 08/10/2026 11:26:02

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 03/2021.
A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Certidão de Registro Profissional e Positiva de Débitos

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que o(a) profissional abaixo encontra-se regularmente registrado(a) nos termos da Lei Federal nº 5.194/66 possibilitando-o(a) a exercer sua profissão no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) constantes de seu registro.

Certidão nº: 111340/2026 — Validade: 10/11/2026

Nome civil:
RODRIGO SOARES PEIXOTO

CPF:
846.506.642-68

Carteira - CREA-PR Nº:
PA-17092/D

Documento de Identidade:
4443137

Registro Nacional:
1507268815

Órgão emissor:
SSP/PA/PA

Registrado(a) desde:
10/03/2009

Filiação:
PAI: JOSE NILTON PEIXOTO
MÃE: ANDREA SOARES PEIXOTO

aturalidade:
BELEM/PA

Possui débitos de anuidade parcelados.
Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

TÍTULOS

Título: ENGENHEIRO CIVIL

Data da anotação do título profissional: 10/12/2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA

Curso: ENGENHARIA CIVIL

Data da Colação de Grau: 11/02/2009 - Diplomação: 11/02/2009

Situação: Regular

Atribuições profissionais:

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 25º de 29/06/1973

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 7º de 29/06/1973

ANOTAÇÕES

1. Anotado em 24/07/2020, o curso de ESPECIALIZAÇÃO EM ENGENHARIA DE AVALIAÇÕES E PERÍCIAS, ministrado pela FACULDADE DE ENGENHARIA E INOVACAO TECNICO PROFISSIONAL concluído em: 19/02/2019

Para fins de: Cadastro

Certificamos que caso ocorra(m) alteração(ões) nos elementos contidos neste documento, esta Certidão perderá sua validade para todos os efeitos.
A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (http://www.crea-pr.org.br), através do protocolo n.º 279055/2026, ressaltando a impossibilidade de execução de quaisquer serviços ou obras sem a participação efetiva de seu(s) responsável(eis) técnico(s).
Emitida via Internet em 08/10/2026 11:25:22

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 03/2021.
A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

NCHR CONSTRUTORA LTDA
CNPJ nº 55.696.530/0001-08
Rua Prudêncio Coelho, nº 165, Centro, Marquinho-PR. CEP 85168-000
Telefone: (42) 9 9956-2540

000127

Declaração Formal de Dispensa de Visita Técnica

Ao
MUNICIPIO DE MARQUINHO/PR.

A empresa **NCHR CONSTRUTORA LTDA**, sob CNPJ n° 55.696.530/0001-08, com sede na Rua Prudêncio Coelho, n° 165, Centro, Marquinho-PR, CEP 85168-000, telefone (42) 9 9956-2540, email: construtoranchr@gmail.com, declara abaixo:

Declara, pleno conhecimento das condições locais e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos e assume total responsabilidade por este fato, de forma que a falta de conhecimento das condições do local, onde serão executados os serviços, não será utilizada para quaisquer questionamentos futuros e jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de inclusão de serviços, quantitativos de material ou acréscimo dos preços.

Marquinho/PR, 08 de Setembro de 2026.

gov.br Documento assinado digitalmente
HELIO WACZAK
Data: 08/10/2026 12:07:37-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

NCHR CONSTRUTORA LTDA
CNPJ Nº **55.696.530/0001-08**
Representante Legal da Empresa
Nome: **HELIO WACZAK**

RODRIGO SOARES PEIXOTO:84650664268
Assinado de forma digital por RODRIGO SOARES PEIXOTO:84650664268
Dados: 2026.10.08 11:22:39 -03'00'

Nome: RODRIGO SOARES PEIXOTO
Engenheiro Civil

PARECER JURÍDICO Nº 074/2026

INTERESSADOS: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO; DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS; PREFEITO MUNICIPAL.

ASSUNTO: Controle prévio de legalidade da contratação emergencial para recomposição de coberturas de edificações públicas atingidas pela tempestade de granizo.

EMENTA: Direito administrativo. Contratação direta. Serviços comuns de engenharia. Restabelecimento de coberturas de sete edificações públicas. Situação de emergência reconhecida. Art. 75, VIII e § 6º, da Lei nº 14.133/2021. Recursos federais de transferência legal. Pesquisa de preços com referencial SINAPI e quatro propostas. Seleção pelo valor total de cada meta. Disponibilidade orçamentária informada. Possibilidade jurídica condicionada à comprovação da emergência atual, à habilitação e à regular instrução.

1. RELATÓRIO

Trata-se de pedido de análise jurídica de contratação direta, encaminhado pela Secretaria Municipal de Administração por meio do Memorando nº 114/2026, assinado pelo Secretário Sérgio Luiz Dal Pai, para execução de serviços de remoção manual de telhas antigas de fibrocimento e fornecimento integral com instalação de novas telhas metálicas termoacústicas de 30 mm, abrangendo 5.376 m² de remoção e igual área de novo telhamento, em sete edificações públicas atingidas pelo evento de 30 de junho de 2026.

O processo foi instruído com Estudo Técnico Preliminar e documentos correlatos, compreendendo justificativas e atos de declaração e reconhecimento da situação de emergência e autorização de recursos federais.

Assim, foram disponibilizados para elaboração desta manifestação:

a. cópia do Decreto Municipal nº 73, de 2 de julho de 2026;

Práticas Sustentáveis em favor da Conservação Ambiental. "Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o MEIO AMBIENTE."

b. cópia do decreto estadual de homologação, datado de 3 de julho de 2026;

c. cópia da Portaria federal nº 2.248, de 8 de julho de 2026;

d. cópia da Portaria nº 2.923, de 5 de setembro de 2026;

e. Memorando nº 068/2026, de 5 de outubro de 2026, relativo à pesquisa de mercado;

f. Parecer Técnico de Charles Alexandre Batista, engenheiro responsável;

g. estudo de mercado elaborado por Wanessa Crystina dos Santos Pietro, com apoio técnico da Engenharia;

h. Memorando nº 081/2026 de Marcos Baptistel, informando disponibilidade orçamentária e indicando a respectiva rubrica;

i. documentos de habilitação das empresas;

j. minutas contratuais

O parecer técnico relaciona a intervenção ao restabelecimento das coberturas danificadas, aponta riscos de agravamento das perdas e prejuízo às atividades administrativas, escolares, de saúde e de atendimento ao público e classifica o objeto como serviço comum de engenharia. Informa, ainda, sete metas e período de execução de 60 dias por meta, conforme orçamento e plano de trabalho aprovados.

O estudo de mercado informa a adoção do SINAPI e a obtenção de quatro propostas e a comparação conjunta dos serviços de remoção e novo telhamento em cada edificação. Indica TRIGEF CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA, CNPJ nº 04.879.603/0001-66, para as metas 001, 002, 003, 004, 006 e 007, por R$ 1.455.608,00; e NCHR CONSTRUTORA LTDA, CNPJ nº 55.696.530/0001-08, para a meta 005, por R$ 39.037,60, totalizando R$ 1.494.645,60.

A Portaria nº 2.923/2026 autoriza o empenho e a transferência de R$ 1.506.301,44 ao Município, no processo SEI nº 59052.039680/2026-36, para ações de resposta ao desastre. A diferença entre esse montante e as propostas selecionadas é de R$ 11.655,84, cuja destinação permanece vinculada às regras da transferência.

Práticas Sustentáveis em favor da Conservação Ambiental. "Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o MEIO AMBIENTE."

O processo foi encaminhado para parecer jurídico na presente data, ou seja, 08 de agosto de 2026, com urgência.

Assim, a presente análise considera os documentos fornecidos, condicionando o prosseguimento à efetiva juntada e conferência dos documentos ainda não disponibilizados, especialmente os documentos e habilitação das empresas e a complementação de parecer técnico, como se verá a seguir.

É o relatório. Passo à fundamentação.

2. FUNDAMENTAÇÃO

O parecer é solicitado com fundamento no art. 53, § 4º, combinado com o art. 72, III, da Lei nº 14.133/2021. A presente manifestação possui natureza opinativa e restringe-se aos aspectos jurídico-formais da contratação, sem prejuízo da responsabilidade dos agentes que subscrevem os documentos técnicos e da autoridade competente pela decisão.

Compete ao assessoramento jurídico avaliar o enquadramento legal, a existência de justificativas e os requisitos do procedimento. A necessidade da administração, a definição da solução construtiva, os quantitativos, as composições de custos e o cronograma pertencem à área técnica, assim como a constatação técnica da possibilidade de comprometimento da continuidade do serviço público se não realizada a imediata dispensa (sem procedimento licitatório prévio).

A licitação constitui regra constitucional (art. 37, XXI, da Constituição Federal). Porém, a Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos – NLLC), regulamentada pelo Município de Marquinho por meio do Decreto Municipal nº 96/2021, traz as possibilidades de dispensa e do procedimento licitatório, como meios de celebração de contrato de forma direta entre a Administração e o particular, desde que preenchidos alguns requisitos legais, a seguir analisados.

Práticas Sustentáveis em favor da Conservação Ambiental. "Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o MEIO AMBIENTE."

2.1. Enquadramento no art. 75, VIII - demonstração atual da emergência sob pena de prejuízo à continuidade do serviço público

A hipótese examinada é a dispensa emergencial do art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021, cujo fundamento depende da relação entre o risco concreto, a necessidade de atendimento imediato e a adequação da parcela contratada para afastar esse risco, sendo que o valor a ser contratado não impede o enquadramento, desde que atendidos os pressupostos da emergência:

> Art. 75. É dispensável a licitação:
>
> VIII - nos casos de **emergência** ou de calamidade pública, quando **caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial** ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que **possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano**, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontratação de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;
> [...]
> (Destacou-se)

O Decreto Municipal nº 73/2026 registra tempestade de granizo e vendaval em 30 de junho de 2026, com danos às coberturas e à infraestrutura local. A homologação estadual e o reconhecimento federal pela Portaria nº 2.248/2026 corroboram a ocorrência e a dimensão do desastre.

Esses atos fornecem contexto probatório, mas não dispensam a demonstração de que os serviços pretendidos continuam emergenciais no momento da contratação.

No caso, o parecer de Charles Alexandre Batista, Engenheiro Civil, identifica a exposição de edificações em uso às chuvas, o comprometimento da estanqueidade, o agravamento de danos aos componentes e bens internos e o prejuízo a serviços públicos. Esses elementos, considerados com o levantamento das edificações e o relatório fotográfico referido pelo profissional, constituem fundamento técnico pertinente para a contratação emergencial.

Práticas Sustentáveis em favor da Conservação Ambiental. "Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o MEIO AMBIENTE."

Registre-se que o parecer técnico, datado de 28 de setembro de 2026, indica a persistência dos danos em data recente. Ainda assim, recomenda-se a complementação técnica, a fim de individualizar, para cada edificação, o estado atual da cobertura, as medidas provisórias eventualmente adotadas, a continuidade da utilização do imóvel e os serviços públicos nele prestados que poderão ser comprometidos ou interrompidos pela demora na execução dos reparos, acompanhada de registro fotográfico atualizado.

A recomposição definitiva pode integrar o atendimento emergencial quando tecnicamente necessária para eliminar o risco. Não se exige solução provisória incapaz de proteger os imóveis ou de restabelecer seu uso. Todavia, o processo deve demonstrar que a substituição por telhas metálicas termoacústicas de 30 mm, a área integral e as intervenções em cada meta correspondem à solução necessária e aprovada, sem incorporar ampliações ou melhorias autônomas alheias ao desastre.

Como o evento ocorreu no final de junho e a pesquisa é de outubro, é indispensável explicitar a persistência dos riscos e a razão pela qual o tempo necessário ao procedimento ordinário é incompatível com o atendimento.

Assim, recomenda-se que a área técnica (Departamento de Engenharia), com base em vistoria atual, **informe se permanece a situação emergencial e se o tempo necessário à realização de licitação pode comprometer a continuidade do serviço público, para fins do art. 75, VIII e § 6º, da Lei nº 14.133/2021**. Poderá também esclarecer se a demora na disponibilização dos recursos, na edição da lei municipal e na obtenção dos orçamentos, bem como o decurso do tempo desde o evento, comprometeram a caracterização da emergência que fundamenta a contratação imediata.

A existência de prazo para aplicação dos recursos, por si só, não caracteriza emergência, se os riscos tiverem sido afastados e houver tempo útil para licitação, razão pela qual entendo ser necessária a complementação do parecer, a fim de esclarecer se **o tempo necessário para a realização de licitação pode comprometer a continuidade do serviço público**.

Práticas Sustentáveis em favor da Conservação Ambiental. "Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o MEIO AMBIENTE."

Ressalte-se que, ainda que parte do lapso temporal decorra de trâmites administrativos (reconhecimento federal, liberação dos recursos, alteração orçamentária e cotações), tal circunstância, por si só, não afasta a contratação emergencial quando o risco permanece real e atual, pois a dispensa visa resguardar a continuidade do serviço público. Constatada eventual demora injustificada, contudo, impõe-se a apuração de responsabilidade dos agentes que lhe deram causa, nos termos da parte final do art. 75, § 6º, da Lei nº 14.133/2021.

2.2. Jurisprudência favorável do TCE-PR

No Acórdão nº 1977/2018 do Tribunal Pleno, processo nº 148190/2018, Relator Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães, julgado em 26 de julho de 2018, o TCE-PR julgou regular contratação emergencial para recompor subestação atingida por incêndio[1]. A fundamentação considerou as justificativas técnicas e a necessidade de restabelecer sua operação com celeridade. O precedente é pertinente por analogia à recomposição funcional de estrutura danificada, embora tenha sido proferido em contexto normativo anterior e distinto.

No Acórdão nº 2195/2025 do Tribunal Pleno, processo nº 415146/2024, Relator Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva, o Tribunal julgou improcedente representação contra contratação emergencial do Município de Pinhais, reconhecendo, naquele contexto, a necessidade de evitar paralisação de serviços de saúde[2].

Esses julgados oferecem suporte à possibilidade de contratação direta para impedir prejuízos atuais e manter os serviços públicos. Não representam

[1] TCE-PR. Acórdão nº 1977/2018, Tribunal Pleno, processo nº 148190/2018. DETC nº 1877, de 1º de agosto de 2018, pp. 2–4. https://www1.tce.pr.gov.br/data/files/89/87/1A/73/885479106AFF5379249419A8/00330162.pdf

[2] TCE-PR. Acórdão nº 2195/2025, Tribunal Pleno, processo nº 415146/2024. DETC nº 3514, de 27 de agosto de 2025, pp. 44–46. https://www1.tce.pr.gov.br/multimidia/2025/8/pdf/00397265.pdf

Práticas Sustentáveis em favor da Conservação Ambiental. "Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o MEIO AMBIENTE."

autorização genérica para o caso de Marquinho, cuja legalidade depende de sua própria documentação técnica e regularidade procedimental.

2.3. Prazos de execução e vedação de prorrogação

Considerando o desastre de 30 de junho de 2026 como marco da emergência examinada, o limite legal de um ano do art. 75, VIII, alcança 30 de junho de 2027. A publicação da portaria de recursos não reinicia essa contagem.

O art. 6º do Decreto Municipal nº 73/2026, contudo, estabelece conclusão em 180 dias contados da caracterização do desastre e veda prorrogação. Embora a Lei nº 14.133/2021 admita prazo máximo maior, essa previsão municipal não deve ser ignorada.

A Portaria nº 2.923/2026 fixa 365 dias, a partir de sua publicação em 9 de setembro de 2026, para execução das ações financiadas. Esse prazo rege a transferência e não autoriza estender contrato emergencial para além dos limites aplicáveis à contratação.

Todavia, o cronograma elaborado pelo Departamento de Engenharia estabelece o prazo de **execução completa dos serviços de engenharia no prazo máximo de 60 (sessenta) dias**, **executadas de forma simultânea**, **sem possibilidade de prorrogação**, de modo que o prazo total não ultrapassará a 60 (sessenta) dias.

Não compete à Assessoria Jurídica a análise técnica acerca da correspondência do prazo ao tempo efetivamente necessário para a conclusão do serviço. Todavia, observa-se das minutas trazidas ao procedimento que foi afastada a prorrogação contratual. Deve ser observada, ainda, a vedação de recontratação de empresa já contratada com fundamento no art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021.

Práticas Sustentáveis em favor da Conservação Ambiental. "Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o MEIO AMBIENTE."

2.4. Pesquisa de preços e da adequação orçamentária

O Memorando nº 068/2026 apresenta pesquisa de mercado baseada em composições SINAPI e quatro propostas comparáveis, subscrita por Wanessa Crystina dos Santos Pietro e pelo engenheiro Charles Alexandre Batista, atendendo à exigência de apuração dos preços de mercado prevista no art. 75, § 6º, observados os parâmetros do art. 23, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, do art. 11 e seguintes do Decreto Municipal nº 96/2021 e do Decreto federal nº 7.983/2013.

A escolha das propostas de menor valor por grupo de itens, denominado "meta", resulta no total de R$ 1.494.645,60, sendo R$ 1.455.608,00 destinados à TRIGEF e R$ 39.037,60 à NCHR.

Ao estudo de mercado, foi fixado quadro comparativo, por meta, entre os valores propostos e o orçamento de referência elaborado com base no SINAPI, demonstrando que os preços a contratar não superam o valor estimado. Também foi anexada a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) relativa à elaboração das planilhas orçamentárias, conforme o art. 10 do Decreto nº 7.983/2013.

A pesquisa fundamenta a justificativa dos preços e a razão da escolha dos contratados, para fins do art. 72, VI e VII, da Lei nº 14.133/2021.

Quanto à adequação orçamentária, a lei Municipal n. 1.067/2026 que alterou o orçamento, aprovada em regime de urgência e publicada em 1º de outubro de 2026, e o Memorando nº 081/2026, do contador Marcos Baptistel, favorável à contratação e indicativo da disponibilidade e da rubrica orçamentária, dão suporte ao atendimento do art. 72, IV, da Lei nº 14.133/2021.

A contratação permanece condicionada à constatação técnica da emergência atual, à comprovação da habilitação das empresas a serem contratadas e à autorização da autoridade competente. As necessidades que não estejam abrangidas pela emergência deverão ser encaminhadas à licitação, conforme o art. 75, § 6º, sem duplicação do objeto atendido pela contratação emergencial.

Práticas Sustentáveis em favor da Conservação Ambiental. "Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o MEIO AMBIENTE."

2.5. Habilitação e condições técnicas de execução

O Departamento de Licitações deverá comprovar e certificar a habilitação jurídica, técnica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira exigível de cada empresa, proporcionalmente às parcelas atribuídas. A urgência e o fato de serem fornecedoras conhecidas não dispensam a apresentação dos documentos necessários.

A qualificação técnica deve demonstrar aptidão para serviços compatíveis e responsabilidade de profissional habilitado, com registros e documentos pertinentes.

Devem ser consultados os cadastros pertinentes de sanções e impedimentos, com comprovação nos autos, observados também os conflitos de interesses. O art. 91, § 4º, exige verificações antes da formalização.

2.6. Da minuta do Contrato

Quanto à minuta do contrato, verifica-se que foi adotado o modelo do Poder Executivo Federal, conforme art. 19, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, observadas as disposições do Decreto Municipal nº 96/2021 e as particularidades da contratação emergencial.

A minuta contempla, em sua estrutura, os requisitos dos arts. 89 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, como se verá:

i. Em cumprimento ao art. 89, § 1º, a minuta traz a identificação das partes e de seus representantes, a finalidade, o número do processo e a sujeição dos contratantes à Lei nº 14.133/2021;

ii. Em cumprimento ao art. 89, § 2º, as condições de execução, os direitos, as obrigações e as responsabilidades das partes constam das cláusulas terceira, oitava e nona;

iii. Em atenção ao art. 91, o contrato possui forma escrita, recomendando-se que, após sua assinatura, seja juntado ao processo administrativo, divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial;

Práticas Sustentáveis em favor da Conservação Ambiental. "Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o MEIO AMBIENTE."

iv. Há cláusula que estabelece o objeto e seus elementos característicos (art. 92, I), conforme cláusula primeira, devendo ser preenchida a tabela do item 1.2, com a individualização das metas e dos valores correspondentes à contratação;

v. Há cláusula que estabelece a vinculação ao Termo de Referência, à autorização da contratação direta e à proposta da contratada (art. 92, II), conforme item 1.3 da cláusula primeira;

vi. Há cláusula que estabelece a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos (art. 92, III), conforme cláusula décima sexta;

vii. Há cláusula que estabelece o regime de execução (art. 92, IV), conforme item 1.4 da cláusula primeira;

viii. Há cláusulas que estabelecem o preço, as condições de pagamento e o reajustamento (art. 92, V), conforme cláusulas quinta, sexta e sétima, mediante remissão ao Termo de Referência;

ix. Há cláusula que estabelece as condições de pagamento (art. 92, VI), conforme cláusula sexta, que remete ao Termo de Referência quanto aos prazos de liquidação, pagamento e critérios de medição;

x. Há cláusulas que estabelecem os prazos e as condições de execução, conclusão, entrega e recebimento do objeto (art. 92, VII), conforme cláusulas segunda e terceira.

xi. Há cláusula destinada à indicação do crédito orçamentário (art. 92, VIII), conforme cláusula décima quinta, recomendando-se seu preenchimento com a dotação orçamentária municipal correspondente;

xii. Há previsão de matriz de riscos (art. 92, IX), conforme cláusula terceira, itens 3.1.1 a 3.1.3, com distribuição dos riscos entre contratante e contratado;

xiii. Não se aplica a previsão de prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços (art. 92, X), por não se tratar de serviços contínuos com dedicação exclusiva ou predominância de mão de obra;

xiv. Há previsão de prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, se for o caso, conforme item 8.1.10 da cláusula oitava (art. 92, XI);

Práticas Sustentáveis em favor da Conservação Ambiental. "Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o MEIO AMBIENTE."

xv. Há cláusula relativa à garantia da execução (art. 92, XII), conforme cláusula décima primeira, que expressamente dispensa sua exigência;

xvi. Há previsão da garantia dos serviços executados (art. 92, XIII), conforme item 9.46 da cláusula nona, que estabelece prazo de cinco anos para correção de vícios e defeitos, observadas as disposições legais aplicáveis;

xvii. Há cláusulas que estabelecem os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e as multas (art. 92, XIV), conforme cláusulas oitava, nona e décima segunda, esta última mediante remissão ao Termo de Referência;

xviii. Não há cláusula relativa às condições de importação e à taxa de câmbio, por não ser o caso (art. 92, XV);

xix. Há cláusula que estabelece a obrigação de a contratada manter, durante toda a execução contratual, as condições exigidas para habilitação e qualificação na contratação direta (art. 92, XVI), conforme item 9.9 da cláusula nona;

xx. Há cláusula que estabelece a obrigação de cumprir as exigências legais de reserva de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes (art. 92, XVII), conforme itens 9.10 e 9.11 da cláusula nona;

xxi. Há cláusula que estabelece o modelo de gestão contratual (art. 92, XVIII), conforme cláusula terceira, mediante remissão ao Termo de Referência;

xxii. Há cláusula que estabelece as hipóteses de extinção contratual (art. 92, XIX), conforme cláusula décima terceira, observada a vedação de prorrogação dos contratos emergenciais prevista no art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021;

xxiii. Há cláusula que estabelece o foro competente para dirimir controvérsias contratuais (art. 92, § 1º), conforme cláusula décima oitava, que elege o Foro da Comarca de Laranjeiras do Sul/PR;

xxiv. Há previsão das providências anteriores à expedição da Ordem de Serviço (art. 92, § 2º), conforme item 8.1.16 da cláusula oitava, que determina a verificação de pendências e a liberação das áreas necessárias à execução;

xxv. Quanto ao reajustamento de preços (art. 92, § 3º), cláusula sétima c/c Termo de Referência, não se aplica ao caso, visto que se trata

Práticas Sustentáveis em favor da Conservação Ambiental. "Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o MEIO AMBIENTE."

de serviço cuja a entrega terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias;

xxvi. Não se aplica o disposto no art. 92, § 4º, por não se tratar de serviços contínuos;

xxvii. Aplica-se o art. 92, § 5º, por se tratar de serviços de engenharia, devendo ser observada a periodicidade mensal das medições, sempre que compatível com o regime de execução, conforme as regras previstas no Termo de Referência;

xxviii. Não se aplica o disposto no art. 92, § 6º, por não se tratar de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva ou predominância de mão de obra;

xxix. Não se aplica a previsão de cessão de direitos patrimoniais de que trata o art. 93 considerando as características do objeto contratado;

xxx. Não foi exigida garantia de execução das obrigações assumidas (arts. 96 a 102), conforme cláusula décima primeira;

xxxi. Há identificação e distribuição dos riscos contratuais (art. 103), conforme cláusula terceira, recomendando-se a compatibilização da matriz com o regime de execução e as hipóteses legais de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro;

xxxii. A indicação dos responsáveis pela gestão e fiscalização contratual (art. 117) consta do item 6.18 do Termo de Referência, ao qual remete a cláusula terceira, **recomendando-se a formalização da designação por ato próprio (portaria), com ciência dos servidores designados.**

Diante do exposto, a minuta contratual apresenta estrutura compatível com a Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à identificação do procedimento, individualização do objeto, vigência, dotação orçamentária e compatibilização das disposições contratuais.

Destaco, por fim, a necessidade de cumprimento das regras relativas à divulgação contratual, especialmente os arts. 91 e 94 da Lei nº 14.133/2021, observando-se, quando aplicável, o art. 176 da mesma Lei.

Práticas Sustentáveis em favor da Conservação Ambiental. "Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o MEIO AMBIENTE."

Tratando-se de contratação direta emergencial, deverá ser observado o **prazo de 10 dias úteis para divulgação, contado da assinatura, nos termos do art. 94, inciso II e § 1º**.

Recomendo, também, que sejam numeradas e rubricadas todas as páginas do processo.

2.7. Do Termo de Referência

Quanto ao Termo de Referência, verifica-se que foi elaborado com fundamento no modelo disponibilizado pelo Poder Executivo Federal, apresentando estrutura correspondente aos elementos previstos no art. 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021.

Da análise do documento, observa-se:

a. Em cumprimento ao art. 6º, XXIII, alínea "a", o Termo de Referência estabelece a definição do objeto, sua natureza, os quantitativos e as condições gerais da contratação, conforme item 1, contemplando a substituição das coberturas de sete edificações públicas atingidas pela tempestade de granizo;

b. Em cumprimento ao art. 6º, XXIII, alínea "b", a fundamentação da contratação encontra-se prevista no item 2, com remissão ao Estudo Técnico Preliminar, no qual deverá estar demonstrada a necessidade da contratação emergencial, observados os requisitos do art. 75, VIII e § 6º, da Lei nº 14.133/2021;

c. Em cumprimento ao art. 6º, XXIII, alínea "c", a descrição da solução como um todo consta do item 3, mediante remissão ao Estudo Técnico Preliminar, considerando os serviços necessários ao restabelecimento das coberturas danificadas;

d. Em cumprimento ao art. 6º, XXIII, alínea "d", os requisitos da contratação estão previstos no item 4, incluindo critérios de sustentabilidade, especificações dos materiais e dispensa de garantia de execução,

Práticas Sustentáveis em favor da Conservação Ambiental. "Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o MEIO AMBIENTE."

observadas as justificativas técnicas constantes do Estudo Técnico Preliminar;

e. Em cumprimento ao art. 6º, XXIII, alínea "e", o modelo de execução está previsto no item 5, que estabelece o início dos serviços em até cinco dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviço e o prazo máximo de 60 dias para execução;

f. Em cumprimento ao art. 6º, XXIII, alínea "f", o modelo de gestão contratual está previsto no item 6, contemplando as atribuições do gestor, do fiscal e do fiscal substituto, bem como as rotinas de acompanhamento e fiscalização dos serviços, com identificação dos servidores responsáveis no item 6.18;

g. Em cumprimento ao art. 6º, XXIII, alínea "g", os critérios de medição e pagamento estão previstos no item 7, que disciplina o recebimento provisório e definitivo, a liquidação da despesa, os prazos de pagamento e o reajustamento;

h. Em cumprimento ao art. 6º, XXIII, alínea "h", a forma e os critérios de seleção do fornecedor encontram-se previstos no item 9, que estabelece a contratação direta por dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021, mediante seleção da proposta mais vantajosa, observado o menor preço e o atendimento às exigências de habilitação e qualificação técnica;

i. Em cumprimento ao art. 6º, XXIII, alínea "i", o valor da contratação está previsto no item 10, no montante de R$ 1.494.645,60, com referência à pesquisa de preços e às planilhas que integram o processo;

j. Em cumprimento ao art. 6º, XXIII, alínea "j", a adequação orçamentária está prevista no item 11, com indicação da dotação orçamentária do exercício de 2026.

Dessa forma, sem adentrar no conteúdo técnico do documento, entendo que o Termo de Referência contempla os elementos exigidos pelo art. 6º, XXIII, da Lei nº 14.133/2021.

Práticas Sustentáveis em favor da Conservação Ambiental. "Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o MEIO AMBIENTE."

Recomenda-se, ainda, a juntada do projeto básico ou documento técnico equivalente, nos termos dos arts. 6º, XXV, e 72, I, da Lei nº 14.133/2021, admitida sua simplificação em razão da urgência.

2.8 Da publicidade e da prestação de contas

O ato autorizativo ou extrato deve ser divulgado e mantido em sítio oficial (art. 72, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021). Para a publicidade contratual, adota-se como providência o **registro no PNCP em até dez dias úteis da assinatura**, com observância da eficácia imediata dos contratos urgentes e da consequência prevista no art. 94, § 1º:

> Art. 94. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:
> I - 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação;
> **II - 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.**
> § 1º Os contratos celebrados em caso de urgência terão eficácia a partir de sua assinatura e deverão ser publicados nos prazos previstos nos incisos I e II do caput deste artigo, **sob pena de nulidade**.
> (destacou-se)

Não obstante o artigo 176, parágrafo único, da Lei 14.133/2021 autorize que Municípios desse porte, enquanto não adotarem o PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas), realizem a divulgação e manutenção dos processos administrativos de outra forma, **recomenda-se que seja diligenciada a adoção do PNCP**, a fim de garantir melhor observância ao princípio da publicidade, transparência, competitividade e outros previstos no art. 5º da NLLC, especialmente por se tratar de contratação com recursos federais.

A Secretaria deverá observar a vinculação aos objetos e metas aprovados, as obrigações de identificação das intervenções e a prestação de contas da Portaria nº 2.923/2026. Seu art. 5º prevê prestação de contas final em 30 dias, contados do término do prazo de execução ou do último pagamento, quando anterior.

Práticas Sustentáveis em favor da Conservação Ambiental. "Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o MEIO AMBIENTE."

A diferença entre o valor autorizado e o contratado não pode financiar objeto novo sem amparo nas regras da transferência e, quando exigida, autorização do concedente.

A documentação de fiscalização e pagamento deverá permitir relacionar cada despesa à respectiva meta federal, prevenindo sobreposição de custeio e pagamento de serviços estranhos ao plano aprovado.

3. CONCLUSÃO

Diante dos documentos apresentados e da instrução informada, opino pela possibilidade jurídica de prosseguimento da contratação por dispensa emergencial, com fundamento no art. 75, VIII e § 6º, da Lei nº 14.133/2021, para recomposição das coberturas atingidas pelo desastre de 30 de junho de 2026, nos limites das metas aprovadas, **CONDICIONADA À CONSTATAÇÃO DE QUE A SITUAÇÃO EMERGENCIAL AINDA PERSISTE E DE QUE O TEMPO NECESSÁRIO À REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO PODERIA COMPROMETER A CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS**, bem como à comprovação dos requisitos de habilitação das empresas.

Assim, recomendo:

a. O encaminhamento do procedimento ao Departamento de Engenharia, para complementação do parecer técnico, esclarecendo se a situação emergencial ainda persiste e se o tempo necessário à realização de licitação poderia comprometer a continuidade dos serviços públicos, para fins do art. 75, § 6º, da Lei nº 14.133/2021;

b. Confirmada a persistência da situação emergencial e do risco à continuidade dos serviços públicos, poderá ser dado prosseguimento à dispensa de licitação, mediante decisão administrativa devidamente motivada;

Práticas Sustentáveis em favor da Conservação Ambiental. "Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o MEIO AMBIENTE."

c. Caso não sejam constatados esses pressupostos, recomenda-se a realização de licitação, na modalidade concorrência, caso o objeto seja tecnicamente caracterizado como obra comum, ou pregão, caso mantida sua classificação como serviço comum de engenharia, observando-se, em ambos os casos, o prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de propostas, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou maior desconto, conforme os arts. 29 e 55, II, "a", da Lei nº 14.133/2021;

d. A comprovação, antes da contratação, dos requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária das empresas, compreendendo habilitação jurídica, qualificação técnica compatível com o objeto, regularidade fiscal, social e trabalhista e qualificação econômico-financeira, mediante apresentação da documentação pertinente, inclusive registro no conselho profissional competente, quando cabível, certidões de regularidade fiscal e trabalhista, regularidade perante o FGTS e certidão de falência, observados os arts. 62 a 70 e 72, V, da Lei nº 14.133/2021, bem como a realização das consultas de impedimentos e sanções previstas no art. 91, § 4º, da mesma Lei.

A conclusão favorável à dispensa de licitação fica, portanto, **condicionada à comprovação da persistência da situação emergencial e do risco à continuidade dos serviços públicos**, devidamente atestados pela área técnica e reconhecidos mediante decisão motivada da autoridade competente. **Ausentes esses pressupostos, deverá ser adotado o procedimento licitatório cabível**.

É o parecer. À superior consideração.

Marquinho/PR, 08 de outubro de 2026.

TELMA MUGNOL
Advogada do Município
OAB/PR nº 69.026 – Matrícula 747-1

Práticas Sustentáveis em favor da Conservação Ambiental. "Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o MEIO AMBIENTE."

MEMORANDO: 071-A/2026 – DISPENSA DE LITAÇÃO

DE: DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PARA: DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA

Solicitamos a emissão de Parecer Técnico Complementar de Engenharia referente ao Processo de Dispensa de Licitação, para manifestação quanto aos seguintes pontos:

- Atestar se a situação emergencial decorrente da tempestade de granizo de 30/06/2026 ainda persiste nos 07 prédios públicos municipais;
- Avaliar o risco de paralisação ou prejuízo às atividades públicas e ao patrimônio municipal caso os serviços não sejam executados de imediato; e
- Confirmar a adequação do prazo de execução previsto e do enquadramento na dispensa emergencial (art. 75, VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021).

Solicitamos o encaminhamento deste parecer com a maior brevidade para a instrução final do processo.

Marquinho, 08 de outubro de 2026.

GILMAR CAMARGO
Departamento de Compras e Licitações

PARECER TÉCNICO DE ENGENHARIA

Assunto: Contratação emergencial de Empresa para substituição de coberturas de edificações públicas municipais. – Complementação em função do Parecer Jurídico nº 074/2026.

O Departamento de Engenharia do Município de Marquinho, vem por meio deste, apresentar complementação ao Parecer Técnico referente ao assunto supracitado, atendendo a solicitações do Parecer Jurídico nº 074/2026.

Quanto ao questionamento sobre a situação emergencial, informamos que, na data de hoje, PERSISTE a situação emergencial dos prédios públicos que tiveram suas coberturas danificadas, estando sujeitas ao período de instabilidade climática registrado de forma pública pelos canais da defesa civil estadual do Paraná. Os sete locais atingidos permanecem expostos às chuvas, estando comprometida a estanqueidade das coberturas, aumentando o risco de perdas e danos em seus componentes e bens internos. Além de prejudicar atividades administrativas, culturais, escolares, de saúde e de atendimento ao público.

Sendo assim, reafirmamos a necessidade urgente da realização dos serviços de substituição das coberturas atingidas, a fim de manter a continuidade do serviço público dos sete locais contemplados pelo processo.

Quanto à modalidade de contratação, não cabe a este Departamento a definição. No entanto, apesar da Portaria nº 2.923, de 5 de setembro de 2026, que autoriza a liberação de recursos, definir o prazo de, até, 365 dias contados a partir da data de sua publicação, ressaltamos que o Decreto Municipal nº 73/2026, estipula o prazo de 180 dias, contados a partir da data da ocorrência do desastre, ou seja, até 27 de dezembro de 2026, para a execução de serviços de forma emergencial, através de dispensa de licitação.

É o Parecer,

Marquinho/PR, 09 de outubro de 2026.

CHARLES ALEXANDRE BATISTA
Engenheiro Civil - CREA/PR 135.938/D

PREFEITURA DE MARQUINHO
336147

MEMORANDO: 071-B/2026 – DISPENSA DE LITAÇÃO

DE: DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PARA: EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL

Encaminhamos a Vossa Excelência os autos do Processo de Dispensa de Licitação, referente à contratação emergencial de empresa para conserto dos telhados das 07 edificações públicas danificadas pela tempestade de granizo, com fundamento no art. 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Estando a instrução processual concluída (ETP, Termo de Referência, Pesquisa de Mercado, Parecer Técnico da Engenharia, Reserva Orçamentária e Parecer Jurídico favorável), solicitamos a Vossa Excelência:

1. A Autorização, Ratificação e Homologação do procedimento de contratação direta;
2. A Adjudicação do Objeto às empresas vencedoras por menor preço em cada Meta:
   - TRIGEF CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA (CNPJ nº 04.879.603/0001-66) – Metas 001, 002, 003, 004, 006 e 007, no valor de R$ 1.455.608,00;
   - NCHR CONSTRUTORA LTDA (CNPJ nº 55.696.530/0001-08) – Meta 005 (Instituto de Previdência), no valor de R$ 39.037,60;
   - Valor Global Consolidado: R$ 1.494.645,60;
3. A Autorização para Assinatura dos Contratos Administrativos e publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Marquinho, 08 de outubro de 2026.

Cordialmente,

GILMAR CAMARGO
Departamento de Compras e Licitações

DESPACHO DECISÓRIO MOTIVADO

ASSUNTO: Contratação emergencial para recomposição das coberturas atingidas pelo desastre ocorrido em 30 de junho de 2026.

Considerando os documentos que instruem o procedimento administrativo, especialmente os decretos de reconhecimento da situação emergencial, as metas aprovadas, o parecer jurídico e o parecer técnico complementar do Departamento de Engenharia;

Considerando que o Departamento de Engenharia, por meio do parecer técnico complementar de 09/10/2026, atestou que a situação emergencial decorrente do desastre de 30 de junho de 2026 ainda persiste, demonstrando a necessidade de execução urgente dos serviços de recomposição das coberturas atingidas;

Considerando, ainda, a conclusão técnica de que o tempo necessário à realização de procedimento de dispensa de licitação e à posterior mobilização da empresa contratada poderá comprometer a continuidade dos serviços públicos, diante das condições verificadas nos locais atingidos;

Considerando que a contratação se limita às intervenções necessárias ao atendimento da situação emergencial, observadas as metas aprovadas e os respectivos projetos e orçamentos;

Considerando o disposto no art. 75, VIII e § 6º, da Lei nº 14.133/2021;

DECIDO:

Reconhecer, com fundamento no parecer técnico complementar do Departamento de Engenharia, a persistência da situação emergencial e do risco à continuidade dos serviços públicos, considerando que o tempo necessário à realização de licitação poderá comprometer o atendimento da situação de urgência.

Autorizar o prosseguimento do procedimento de contratação direta, por dispensa emergencial de licitação, com fundamento no art. 75, VIII e § 6º, da Lei nº 14.133/2021, exclusivamente para execução dos serviços necessários à recomposição das coberturas atingidas pelo desastre de 30 de junho de 2026, nos limites das metas aprovadas.

Determinar ao Departamento de Licitações e Contratos que dê prosseguimento ao procedimento, observando os requisitos de habilitação das empresas, a disponibilidade orçamentária, a formalização contratual e as demais exigências legais apontadas no parecer jurídico.

Determinar a adoção das providências necessárias à conclusão do procedimento licitatório cabível, nos termos do art. 75, § 6º, da Lei nº 14.133/2021.

Marquinho, 09 de outubro de 2026.

ELIO BOLZON JUNIOR
Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2026

CONTRATO Nº 034/2026, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE MARQUINHO E A EMPRESA TRIGEF CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA

O MUNICÍPIO DE MARQUINHO, Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, com sede na Rua Sete de Setembro, s/nº, Centro, na cidade de Marquinho, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.552/0001-13, neste ato representada pelo Prefeito Municipal de Marquinho/PR, em pleno exercício de seu mandato e funções, o Sr. Élio Bolzon Junior, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa TRIGEF CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.879.603/0001-66, sediado(a) na Rua Sete de Setembro, s/nº, Centro, CEP: 85.168-000, em Marquinho, Estado do Paraná doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) Ivo Jose da Rocha, tendo em vista o que consta no Processo nº 071/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação n. 013/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de **CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMPREENDENDO A REMOÇÃO MANUAL DE TELHAS ANTIGAS DE FIBROCIMENTO (5.376 M²) E O FORNECIMENTO INTEGRAL COM INSTALAÇÃO DE NOVAS TELHAS METÁLICAS TERMOACÚSTICAS (30 MM) (5.376 M²), DANIFICADAS EM DECORRÊNCIA DA TEMPESTADE DE GRANIZO OCORRIDA EM 30 DE JUNHO DE 2026, NO MUNICÍPIO DE MARQUINHO/PR, COM RECURSOS PROVENIENTES DA TRANSFERÊNCIA REALIZADA PELA UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR, NOS TERMOS DA PORTARIA Nº 2.923, DE 5 DE SETEMBRO DE 2026, NO ÂMBITO DO PROCESSO SEI Nº 59052.039680/2026-36**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

META 001 – SUBSTITUIÇÃO DO TELHADO DA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL				
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**QTDE**	**VALOR TOTAL DA META**
001	REMOÇÃO DE TELHAS DE FIBROCIMENTO DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO.	M²	432,00	120.096,00
002	TELHAMENTO COM TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA, ESPESSURA 30MM, COM ATÉ	M²	432,00	

	2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO E REVISÃO DE CALHAS E RUFOS.			

META 002 – SUBSTITUIÇÃO DO TELHADO DA CLÍNICA DE SAÚDE DA MULHER				
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**QTDE**	**VALOR TOTAL DA META**
001	REMOÇÃO DE TELHAS DE FIBROCIMENTO DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO.	M²	250,00	69.500,00
002	TELHAMENTO COM TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA, ESPESSURA 30MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO E REVISÃO DE CALHAS E RUFOS.	M²	250,00	

META 003 – SUBSTITUIÇÃO DO TELHADO DA ESCOLA MUNICIPAL RUI BARBOSA				
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**QTDE**	**VALOR TOTAL DA META**
001	REMOÇÃO DE TELHAS DE FIBROCIMENTO DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO.	M²	2.140,00	594.920,00
002	TELHAMENTO COM TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA, ESPESSURA 30MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO.	M²	2.140,00	

META 004 – SUBSTITUIÇÃO DO TELHADO DA APAE DE MARQUINHO (ESCOLA MARINALVA CARNIEL BARBOSA)				
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**QTDE**	**VALOR TOTAL**
001	REMOÇÃO DE TELHAS DE FIBROCIMENTO DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO.	M²	396,00	110.088,00
002	TELHAMENTO COM TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA, ESPESSURA 30MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO.	M²	396,00	

META 006 – SUBSTITUIÇÃO DO TELHADO DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO